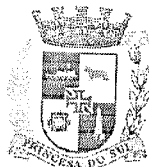
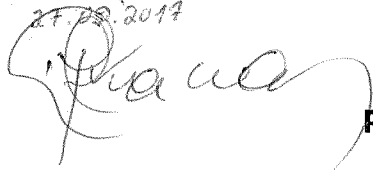


R.H.
A Unidade de Apoio Legislativo
para dividir providências.

27.09.2017




Câmara de Vereadores - 27-Set-2017-08:57-006155-1/2

PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS
GABINETE DA PREFEITA

Pelotas, 25 de setembro de 2017.

MENSAGEM RETIFICATIVA Nº 002/2017

Senhor Presidente,

Câmara Municipal de Pelotas	
Documento Protocolado	
Sob Nº	6155
Em	08.57 27/09/17
	
Responsável	

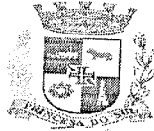
Submetemos à apreciação dessa Casa Legislativa o Projeto de Lei anexo, o qual altera a Mensagem 038/2017, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito externo junto ao Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Plata – FONPLATA.

Dessa forma, contamos com o acolhimento e aprovação do mesmo em regime de urgência, nos termos em que se apresenta.

Atenciosamente,


Paula Schild Mascarenhas
Prefeita Municipal

Exmo. Sr.
Luiz Henrique Cordeiro Viana
DD. Presidente da Câmara Municipal
Pelotas- RS



PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS
GABINETE DA PREFEITA
PROJETO DE LEI

Altera o Projeto de Lei da Mensagem 038/2017 que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito externo junto ao Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Plata – FONPLATA com a garantia da União.

A PREFEITA DE PELOTAS, ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.
FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E EU SANCIONO E PROMULGO A PRESENTE LEI.

Art. 1º Altera-se o Projeto de Lei da Mensagem 038/2017 que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito externo junto ao Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Plata – FONPLATA, com a garantia da União, até o valor de US \$ 50.000,000,00 (cinquenta milhões de dólares americanos) destinado ao projeto Pelotas RS Viva Melhor, observada a legislação vigente, em especial as disposições da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 2º O artigo 3º do Projeto de Lei da Mensagem 038/2017 passa ter a seguinte redação:

Art. 3º Os recursos provenientes da operação de crédito a que se refere esta Lei deverão ser consignados como receita no Orçamento ou em créditos adicionais, nos termos do inc. II, § 1º, art. 32, da Lei Complementar 101/2000.

Art. 3º O artigo 4º do Projeto de Lei da Mensagem 038/2017 passa ter a seguinte redação:

Art. 4º Os orçamentos ou os créditos adicionais deverão consignar as dotações necessárias às amortizações e aos pagamentos dos encargos anuais, relativos aos contratos de financiamento a que se refere o artigo primeiro.

Art. 4º O artigo 5º do Projeto de Lei da Mensagem 038/2017 passa ter a seguinte redação:

Art. 5º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais destinados a fazer face aos pagamentos de obrigações decorrentes da operação de crédito ora autorizada.

Art. 5º O artigo 6º do Projeto de Lei da Mensagem 038/2017 passa ter a seguinte redação:

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 6º Exclui do Projeto de Lei da Mensagem 038/2017 o seu artigo 7º.

Gabinete da Prefeita de Pelotas, em 25 de setembro de 2017.



Paula Schild Mascarenhas
Prefeita Municipal

JUSTIFICATIVA MENSAGEM RETIFICATIVA PL 038/2017

O texto original do PL 038/2017 encaminhado à Câmara Municipal de Pelotas, relativo à operação de crédito da Prefeitura Municipal de Pelotas com o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Plata-FONPLATA, trazia em seu Artigo 3o. dispositivo informando a taxa de juros a ser paga e os prazos de carência e amortização. Tal informação contida no PL retrata a decisão/orientação da Chefia do Executivo de Pelotas de agregar ao PL o maior número possível de informações, em nome da plena transparência da operação e do próprio interesse público. Entretanto, em face do entendimento da Secretaria do Tesouro Nacional, levando em conta a possibilidade de haver alguma variação no cálculo da taxa de juros da operação, é vedado constar no documento oficial autorizativo (PL examinado pela Câmara) referência expressa e pontual a tal índice ou prazos de carência e amortização. Esta é, pois, a razão pela qual estamos, através da presente mensagem retificativa, suprimindo o texto original do artigo 3o. do PL enviado a essa Casa Legislativa em 15/08/2017 e substituindo-o por outra redação, como é apresentado no texto retificativo a seguir.

Tal alteração, como se pode perceber, em nada altera ou desfigura o PL original e apenas enquadra o texto submetido à Câmara às exigências da STN para a chancela da operação entre a Prefeitura Municipal de Pelotas e o FONPLATA.

